



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DESPACHO

Considerando que a servidora **ELIZANGELA LIMA ALENCA, Mat. 408905**, responsável pelo acompanhamento do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 02.04.00.0081/2025, Pregão Eletrônico nº 006/2025** cujo objeto é: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA, encontra-se em gozo de férias regulares no período de 08/12/2025 à 22/12/2025.

Designo a servidora **HAYENDA BRITO SOARES, Mat. 40.7283-1**, para assumir temporariamente a responsabilidade pelo andamento e demais tratativas relacionadas ao referido processo, até o retorno da titular, a fim de garantir a continuidade dos trabalhos sem prejuízo ao trâmite administrativo.

Imperatriz-MA, 08 de Dezembro de 2025.

Luis Carlos Gomes da Silva Júnior
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação
Mat. 25366-4 Port. 014/2025

LUIS CARLOS GOMES DA SILVA JÚNIOR

Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Imperatriz/MA
Portaria nº 014/2025



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 006/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 – CPL

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA.

Recorrente: CARREIRO DISTRIBUIDORA LTDA

Recorrida: SLP MÚLTIPLOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

Assunto: Decisão sobre Recurso Administrativo

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **CARREIRO DISTRIBUIDORA LTDA**, com fundamento no art. 165, I, da Lei nº 14.133/2021, contra a decisão que declarou habilitada a empresa **S L P MÚLTIPLOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA** no certame em epígrafe.

A Recorrente alega, em síntese, que a habilitação da Recorrida deve ser revista devido a inconsistências na documentação fiscal municipal. Especificamente, a Recorrente aponta que a "Certidão Positiva com Efeito Negativo" apresentada (nº 0001277) possui indícios de irregularidade, uma vez que consulta ao sistema demonstrou que há emissão com o mesmo número para mais 3 (três) situações diversas. Requer, ao fim, a realização de diligência e a inabilitação da recorrida.

Em sede de contrarrazões, a empresa **S L P MÚLTIPLOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA** defendeu a regularidade de sua habilitação. Argumentou que a duplicidade de numeração não invalida o documento, pois as certidões, embora com mesmo número, possuem finalidades diferentes, sendo geradas pelos mecanismos internos da Administração.



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

Buscando a verdade material e o saneamento das dúvidas suscitadas, esta Pregoeira realizou diligência junto à Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária (SEFAZGO).

II – FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE

A análise do mérito recursal pauta-se nos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do dever de diligência e da moralidade administrativa.

1. Da Alegação de Duplicidade de Numeração da Certidão

Inicialmente, cumpre enfrentar o argumento da Recorrente de que a Certidão nº 0001277 seria inválida por possuir emissão com o mesmo número para situações diversas.

Analizando o próprio documento e a imagem do sistema apresentados pela Recorrente em sua peça recursal, verifica-se que, embora o número de controle "1277" apareça repetido no sistema de validação, ele refere-se a **objetos de certidões distintos** (a saber: "Certidão Positiva", "Certidão Positiva com Efeito Negativo" e "Certidão Negativa de ITBI Urbano").

Portanto, assiste razão parcial à Recorrida neste ponto específico: a repetição numérica, por si só, trata-se de uma característica de indexação do sistema emissor para diferentes tipos de documentos fiscais, não configurando, isoladamente, prova de fraude documental por parte da licitante.

2. Da Irregularidade Fiscal Comprovada via Diligência e Anulação da Certidão

Entretanto, não obstante a questão técnica da numeração, a validade material da certidão foi objeto de verificação aprofundada quanto ao seu conteúdo. Em resposta à diligência solicitada por esta Comissão, a autoridade fazendária competente informou que a certidão apresentada foi emitida indevidamente.

Conforme apurado na diligência constatou-se que a empresa possui débitos municipais em aberto que impediriam a emissão da certidão com efeitos



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

de negativa. Em virtude disso, o órgão emissor, exercendo seu poder de autotutela, **ANULOU a referida certidão**.

Dessa forma, independentemente da justificativa sobre a numeração do documento, a certidão apresentada não comprovava a real situação fiscal da empresa. Uma vez anulado o documento pelo órgão emissor devido à constatação de erro e inadimplência real, resta configurado que a empresa não detinha, no momento da habilitação, a regularidade fiscal exigida pelo item 14.2.6 do Edital.

O item 11.17 do Edital é claro ao estabelecer que "será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação [...] ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital".

3. Da Abertura de Procedimentos Administrativos

A situação fática revelada pela diligência reveste-se de gravidade que exige a atuação desta Administração em duas frentes distintas, visando resguardar a moralidade pública e a lisura do certame.

3.1. Da Responsabilidade da Licitante

A empresa S L P MÚLTIPLOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA apresentou uma certidão de regularidade fiscal, mesmo possuindo débitos com o município. A situação de inadimplência é fato que deve ser de pleno conhecimento do contribuinte. Ao utilizar-se de um documento que não reflete a realidade fiscal para participar de uma licitação, a empresa assume o risco de induzir a Administração a erro.

O Edital, em seu item 17.1, tipifica como infração administrativa:

- "apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação" (Item 17.1.4);
- "comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza" (Item 17.1.6).



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

Ademais, o item 22.15 do Edital alerta expressamente sobre a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), indicando que qualquer indício de fraude ao certame implicará aos envolvidos as penalidades legais.

Portanto, faz-se necessária a instauração de Processo Administrativo de Responsabilização, conforme previsto no item 17.10 do Edital, para apurar a conduta da licitante, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa.

3.2. Da Apuração Interna sobre a Emissão da Certidão

Considerando que a diligência apontou que a certidão foi emitida "erroneamente" ou indevidamente pelo sistema ou servidor competente, permitindo que uma empresa com débitos participasse do certame, é imperioso apurar as circunstâncias dessa emissão. Tal fato pode configurar falha sistêmica ou funcional que precisa ser investigada pela Administração para evitar recorrências e apurar eventuais responsabilidades funcionais.

III – DECISÃO

Diante do exposto, considerando que a diligência confirmou a invalidade das certidões apresentadas e a existência de débitos municipais em aberto, decido:

1. **CONHECER** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **CARREIRO DISTRIBUIDORA LTDA**, por ser tempestivo;
2. No mérito, **DAR PROVIMENTO** ao recurso, para reconhecer a invalidade da documentação fiscal municipal apresentada e declarar a **INABILITAÇÃO** da empresa **S L P MÚLTIPLOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, em razão do descumprimento do item 14.2.6 do Edital e da anulação das certidões pelo órgão emissor (Certidões nº 0001111, nº 0001277 e nº 0001745);
3. Determinar o retorno do procedimento licitatório à fase anterior, para que se proceda à convocação e análise da proposta e habilitação da licitante subsequente na ordem de classificação, nos termos do item 11.10 do Edital;



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Imperatriz
Comissão Permanente de Licitação

4. Determinar a remessa dos autos à autoridade competente para a **instauração de Processo Administrativo de Responsabilização** em desfavor da empresa S L P MÚLTIPLOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, nos termos do item 17.10 do Edital, para apurar as infrações administrativas previstas nos itens 17.1.4 e 17.1.6, decorrentes da utilização de certidão fiscal incompatível com a real situação de inadimplência da empresa;
5. Determinar o encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Fazenda e à Controladoria Geral do Município solicitando a **abertura de procedimento administrativo (sindicância ou disciplinar)** para apurar as circunstâncias, responsabilidades e eventuais falhas que permitiram a emissão de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) para contribuinte que possuía débitos impeditivos junto ao fisco municipal.

Deixo de Submeter a presente decisão à autoridade competente para apreciação e ratificação, nos termos do art. 13, IV do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

Imperatriz/MA, 18 de dezembro de 2025.

HAYENDA BRITO SOARES
Pregoeira
Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA